

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Director Presidente*

BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Director*

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Director Executivo*

MAURO GUIMARÃES — *Director*

FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*

MARCOS SÁ CORREIA — *Editor*

FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*

JOSE SILVEIRA — *Secretario Executivo*

Sinais de Perigo

A mais difícil fase da transição institucional a um regime democrático se concentra na eleição da futura Assembléia Nacional Constituinte. O Brasil está saindo do mais prolongado período de poder autoritário de sua acidentada história política e manifesta uma deplorável carência de quadros representativos.

A passagem do Estado Novo a uma nova ordem jurídico-democrática, em 1945, teve o benefício da atmosfera internacional de exaltação dos valores liberais. O Brasil saía de uma ditadura que durou praticamente um terço dos 21 anos de autoritarismo militar. O eleitorado contava com a geração que fez o movimento de 30 na juventude e dela divergiu com coerência liberal: em 1945 estava amadurecida para oferecer à Constituinte o testemunho do valor da liberdade econômica e política, e não as ilusões sem fundamento sobre as quais se constroem regimes frágeis.

O regime de 64, degradado pelo AI-5, dilapidou o patrimônio representativo brasileiro e impediu o aparecimento de valores. Manteve à distância o que poderia constituir a melhor oferta de vocações políticas para a Constituinte. No vácuo das necessidades, o que se pressente é a formação de um esquerdismo larvar, porque lastreado em *slogans* primários em vez de idéias. O que se ouve como proposta de esquerda é uma irresponsável demagogia que se oferece no varejo político. O Ministro da Justiça percorre o país como um caixeiro-viajante com amostras de produtos inexistentes.

A Constituinte é um gargalo estreito para dar passagem segura aos conceitos básicos à estabilidade democrática e à demagogia interessada na instabilidade permanente do regime. Inibida em sua formação pelas restrições à liberdade de escolha, uma geração inteira de brasileiros será chamada a eleger os futuros constituintes sem o devido preparo para exercer essa responsabilidade. E, pior ainda, exposta a ser confundida em seus sentimentos e aspirações, pela acintosa oferta do estridente irrealismo com que as esquerdas se propõem a curar os males nacionais.

Por não aprender com a experiência de outros povos, o Brasil se condena a repetir erros evitáveis em matéria de economia e política. Os brasileiros têm resistido razoavelmente ao assédio das fórmulas esquerdizantes, mas na eleição dos futuros constituintes se esboça uma ofensiva de teor emocional para impedi-los de raciocinar. Com os *slogans* depositados como subproduto autoritário é que os pregadores de esquerda se propõem a se eleger. Isto é, cobrando a fatura do regime militar a quem já a pagou com sacrifícios.

A consciência democrática brasileira não consegue superar o ceticismo com que contempla o equacionamento político para a eleição do futuro Congresso dotado de poderes constituintes. A decepção data da própria incapacidade demonstrada pelo atual Congresso ao votar a proposta do Executivo. O despreparo político, o desconhecimento jurídico e a inconsciência dos perigos da demagogia ressaltaram no episódio como o sinal prévio de um risco que só os mais avisados captaram.

O ceticismo democrático inicial foi agravado pela indiferença generalizada dos partidos e dirigentes políticos diante do progressivo ilusionismo em relação ao que possa a Constituinte oferecer à evolução democrática do Brasil. O que se viu foram políticos endossar o efeito mágico, criminoso e indevidamente atribuído à Constituinte na solução das dificuldades nacionais e de cada cidadão. Ora, a Constituição é basicamente um conjunto de normas que definem as relações entre a sociedade e o Estado, e regula os conflitos de poderes. Quanto mais genérica, portanto, mais habilitada a ser a matriz da legislação complementar, sujeita às modificações requeridas pela realidade social, econômica e política. Exatamente por isso, menos indicada para a eficácia mágica com que a demagogia de esquerda quer envolvê-la.

Os políticos em geral, e os demagogos de esquerda em especial, empenham-se em difundir a idéia de que a Constituição deve ser uma relação encadeada de direitos, vantagens e privilégios que insuflam no cidadão o ressentimento de vítima.

Quem se lembrou de tornar os cidadãos conscientes das responsabilidades equivalentes aos direitos, para que, na legítima utilização de direitos e deveres, se faça neste país um regime democrático? Até agora, ninguém.

Os políticos curtidos no oposicionismo instalaram-se no poder e cuidam apenas de se eleger ou reeleger. Para não prestar contas dos métodos condenáveis que passaram a utilizar, nem pelo que deixaram de cumprir, transferem à responsabilidade da futura Constituição a dívida democrática que não honraram. Nem mesmo a remoção das normas autoritárias fizeram, exceto as que lhes atravessavam o caminho privilegiado para garantir-lhes a eleição.

Quem se lembrou de aferir os sentimentos informes da sociedade a respeito da preferência média dos brasileiros? A esquerda quer impingir o que pensa e os liberais, como de hábito, são tímidos ou se mostram intimidados. Recorre-se à pesquisa de opinião para efeito eleitoral, mas ninguém se lembra de pesquisar o que os cidadãos querem realmente, e que é diferente do que lhes atribui o fisiologismo político ávido e oportunista.

As liberdades não se esgotam no uso da crítica ao governo, nem na sustentação de conceitos ideológicos, nem no exercício do direito de greve. Um país não se sentirá inspirado pela liberdade se puder apenas escolher entre candidatos que lhe são oferecidos pelos partidos. Sem que haja liberdade econômica, a liberdade política será órfã e condenada à tutela do Estado. Quem, na insensata e recorrente esquerda brasileira, atentou para o absurdo de um regime que pretende ser democrático e, no entanto, permite ao Estado ser o maior empresário? Que sentido social existe no capitalismo de Estado? Se o controle centralizado da economia é uma ameaça genérica, nas mãos do Estado — que detém outros poderes de coação — é mais grave do que a existência de monopólios, trusts e cartéis. A ideologia da esquerda brasileira não percebe a diferença e repete o jogo político do resíduo autoritário em poder do Estado.

Sem procurar conhecer o que a nação realmente quer, a tarefa constituinte do futuro Congresso se assemelha a um salto no desconhecido. Falta, se não uma vontade social, pelo menos o correto e objetivo conhecimento dessa vontade. Mas a lacuna não autoriza os arautos de esquerda a impingirem os seus desejos à sociedade como se fossem médiums. Pois a verdade é que os cidadãos não têm sufragado os candidatos de esquerda, e os que se elegem sob outras propostas políticas carecem de legitimidade para fazer o discurso ideológico depois que se pilham eleitos.

O Brasil não é um país pronto e acabado. Pelo contrário, tudo está por ser feito a partir da responsabilidade democrática. Não será, porém, escamoteando essas responsabilidades, nem isentando-se do julgamento dos seus erros, que os políticos poderão passar por cima da lacuna para responsabilizar a futura Constituição pelos males que não souberam tratar democraticamente. Essa lacuna é a própria tibieza da vontade política, que reclama padrões democráticos como uma licença para tudo, exceto a responsabilidade exclusiva da cidadania.

Sem que os brasileiros se conheçam através do debate e se reconheçam nas responsabilidades dos atos que praticarem, a Constituinte repetirá os equívocos e ilusões que nos levam a oscilar entre períodos de liberdade e de autoritarismo. Antes de se passar à democracia, é preciso limpar o terreno sobre o qual o autoritarismo deixou as sementes liberticidas: a estatização econômica continua intocada. Não é porque os antigos oposicionistas se apossaram das empresas estatais que a economia vai melhorar e muito menos que as liberdades políticas serão respeitadas. O que está errado é o controle da economia e o exercício da função empresarial por parte do Estado. Tudo mais é cumplicidade e risco. A futura Constituição está ameaçada de graves deformidades congênicas pelos seus antecedentes genéricos. O ceticismo da consciência democrática não se atenua com o ilusionismo dos políticos que, antes da Constituição, só pensam em sua eleição e reeleição.